



Município de Vila do Bispo



ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA – VILA DO BISPO





O presente documento corresponde à proposta de delimitação da área de reabilitação urbana de Vila do Bispo (ARUVB), nos termos do regime jurídico da reabilitação urbana¹.

As Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) «incidem sobre espaços urbanos que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas urbanas, dos equipamentos ou dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, justifiquem uma intervenção integrada» ² e «podem abranger, designadamente, áreas e centros históricos, património cultural imóvel classificado ou em vias de classificação e respetivas zonas de proteção, áreas urbanas degradadas ou zonas urbanas consolidadas»³ sendo este o seu objeto.

A delimitação de ARU é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal⁴, compreende⁵:

- «a) A memória descritiva e justificativa, que inclui os critérios subjacentes à delimitação da área abrangida e os objetivos estratégicos a prosseguir;
- b) A planta com a delimitação da área abrangida;
- c) O quadro dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais, nos termos da alínea a) do artigo 14.º.».

A implementação da ARU através de uma operação de reabilitação urbana aprovada em instrumento próprio ou em plano de pormenor de reabilitação urbana define a Operação de Reabilitação Urbana (ORU). A cada ARU corresponde uma ORU.

A ARUVB aprovada pela Assembleia Municipal caduca se no prazo de três anos não for aprovada a Operação de Reabilitação Urbana (ORU).⁶

A recente alteração introduzida pela Lei 32/2012 ao Regime Jurídico de Reabilitação Urbana (RJRU) veio trazer novas possibilidades, nomeadamente, refere que “a aprovação da delimitação de áreas de reabilitação urbana pode ter lugar em momento anterior à aprovação da operação de reabilitação urbana a desenvolver nessas áreas.”⁷

¹ Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, regime jurídico da reabilitação urbana em áreas de reabilitação urbana, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto

² N.º 1, Art.º 12 do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto.

³ N.º 2, Art.º 12 do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto.

⁴ N.º 1 do Art.º 13 do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto.

⁵ N.º 2 do Art.º 13 do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto

⁶ Artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto.

⁷ N.º 3 do Artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto.



Em paralelo com o investimento público, o RJRU vem possibilitar a dinamização do investimento privado através de incentivos fiscais e simplificação de procedimentos, e o recente decreto-lei n.º 53/2014, de 8 de abril⁸, é mais um significativo contributo para a regeneração urbana.

O Município de Vila do Bispo tem vindo a desenvolver uma prática de valorização ao nível do espaço público e da imagem urbana. Contudo, o Município percebe a importância de incentivar a reabilitação no sector privado, promovendo ganhos de escala ao nível do financiamento e possíveis parcerias em obras a realizar.

Neste contexto, a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Vila do Bispo decorre da necessidade de criar estímulos à reabilitação urbana, por parte dos proprietários privados assim como da conveniência desses estímulos serem enquadrados numa estratégia integrada de reabilitação urbana.

De acordo com o estabelecido no nº1 do Art.º 13 do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, apresenta-se uma caracterização do território em apreço, bem como a proposta de delimitação, indicam-se os seus objetivos assim como o quadro de benefícios fiscais.

Caraterização do território

No sudoeste algarvio, próximo de Sagres e do cabo de São Vicente, Vila do Bispo é cabeça de um concelho, várias vezes extinto e outras tantas restabelecido e alterado na sua área administrativa.

A povoação de Vila do Bispo, Sede do Concelho homónimo, antes denominada de Aldeia de Santa Maria do Cabo, doada em 1515 ao Bispo de Silves, D. Fernando Coutinho, designando-se então por Aldeia do Bispo, até à sua elevação a Vila e sede de Concelho em 26 de agosto de 1662 por determinação do Rei D. Afonso VI, tendo feito doação da localidade ao 2.º Conde de São Lourenço, Martim Afonso de Mello, adquirindo então termo próprio como concelho autónomo emancipado do de Lagos.

Em termos urbanos, cremos que a elevação a essa categoria terá tido algumas repercussões na localidade, quer em termos de equipamentos, quer em termos, até, de uma eventual expansão física.

⁸ Que estabelece um regime excecional e temporário aplicável à reabilitação de edifícios ou de frações, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos ou localizados em áreas de reabilitação da urbana, sempre que se destinem a ser afetos total ou predominantemente ao uso habitacional.



A povoação de Vila do Bispo situa-se no cruzamento das EN 125 e 268 que delimitam o perímetro urbano, respetivamente a Sul e Nascente, e a Ribeira da Fonte Velha que o delimita a Poente.

A Igreja Matriz é o edifício mais notável desta povoação, e conforme se indica no documento da Direção Geral do Património Cultural, *“não existem certezas acerca da sua época de construção, nem da sua traça original não tendo chegado até nós qualquer outra informação que permita perspetivar, com bases mínimas de rigor, a sua história até ao início de Quinhentos”*. A igreja é uma das mais importantes realizações barrocas do Barlavento algarvio.⁹

Em resultado da sua elevação a Vila, a valorização da Igreja Matriz terá, então, tido o seu início, num processo que culminou nas obras patrocinadas pelo Rei D. João V entre 1701 e 1725.

Vila do Bispo é um aglomerado urbano concentrado, cujo perímetro definido em sede do Plano Diretor Municipal – P.D.M. – se traduz numa área de cerca de 41,2 ha.

Quiçá em resultado da sua localização periférica ou da rudeza do seu clima e paisagem, não atraiu nobres ou gentes abastadas, sendo talvez por esta razão que para além da Igreja Matriz¹⁰ só tem um edifício “senhorial” com interesse histórico/patrimonial que data de 1889.

Facto que se reforça com a análise do edificado da Vila do Bispo, que se qualifica, na zona que corresponderá à sua formação inicial, por ser uma construção vernácula e é perceptível nas “habitações rurais de pequenas dimensões que não constituem por si um património edificado a salientar. Ao contrário, é no seu conjunto e na sua relação com a rua que constituem um património a preservar dada a sua rusticidade, simplicidade e escala que permitem uma leitura e percepção muito específicas do aglomerado urbano”.

Esta característica terá resultado de um crescimento lento, sem dissonâncias, adaptado à topografia e ajustado ao uso agrícola do seu território envolvente.

O aglomerado de Vila do Bispo caracteriza-se por uma ocupação nuclear densamente construída (núcleo original) e por áreas de expansão recente.

⁹ <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/75043/>.

¹⁰ Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público, Decreto n.º 42 007, DG, I Série, n.º 265, de 6-12-1958 e ZEP Portaria publicada no DG, II Série, n.º 280, de 29-11-1962.

Uma análise da malha urbana permite identificar três tipos distintos de ocupação, que se caracterizam, respetivamente por uma estruturação em torno de explorações agrícolas de pequenas dimensões que corresponde a uma morfologia irregular, em que os quarteirões são de pequenas dimensões e onde fruto da configuração irregular se denota uma maior indefinição de espaço público/privado (existência de poiais, pequenos alegretes – alguns com ervas aromáticas, outros com flores). Uma outra tipologia de ocupação é caracterizada por uma morfologia regular cuja ruas “apresentam um traçado predominante no sentido Nascente/Poente delimitam uma malha de maior regularidade formando quarteirões de maiores dimensões em que as transversais são abertas em descontinuidade, certamente para melhor proteção aos ventos dominantes.

Em resultado de um crescimento lento, adaptado à topografia e ajustado ao uso agrícola do seu território envolvente, podemos portanto caracterizar o aglomerado como tendo a sua construção implantada ao longo das ruas em contínuo de fachada.

Com o objetivo de se ter uma imagem atual sobre o edificado da Área de Reabilitação Urbana aqui proposta, procedeu-se também a trabalho de campo de recolha fotográfica e de avaliação feita com base em observação direta dos elementos funcionais que constam da ficha apensa ao manual “MÉTODO DE AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE IMÓVEIS” elaborado pelo Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações/Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Para tanto, o levantamento do exterior foi efetuado da seguinte forma:

- O edificado da Área de Reabilitação Urbana foi dividido pela rede viária existente, obtendo-se assim unidades a que se convencionou chamar de quarteirões com a finalidade de facilitar o trabalho de recolha de dados.
- Foi criada uma ficha de suporte para registo dos dados (ver anexo 1).
- Foi efetuado o registo fotográfico de cada edifício.

A avaliação feita baseia-se apenas na aparência exterior da edificação a partir dos arruamentos e sem recurso a pontos de observação privilegiados que permitissem a observação de coberturas e tardozeis.

Na generalidade, os edifícios de um piso e com uso habitacional registam a maior taxa de ocupação.

Na sua maioria são edifícios de 1 piso (64,72%) e 2 pisos (32,82 %), existindo pontualmente edifícios de 3 pisos. Cerca de 76% correspondem a uso habitacional.

No que respeita ao Estado de Conservação dos Edifícios foram considerados quatro níveis, a saber: Bom, Médio, Mau, Péssimo. Os dados para esta variável foram obtidos com base na observação exterior dos seguintes elementos funcionais: Paredes exteriores, Caixilharias e portas exteriores, Dispositivos de proteção dos vãos, Dispositivos de proteção contra queda Elementos salientes.

Em resultado do método de avaliação direta acima descrita não foi considerado o nível de excelente.

Pela análise dos dados recolhidos, num universo de 465 edifícios, conclui-se pelo bom estado geral das edificações, sendo que cerca de 4,1 % carecem de trabalhos de conservação e 3 % necessitam de obras profundas de reabilitação.

Alargando as necessidades de intervenção às fachadas que apresentam ou necessitam de intervenção de reabilitação ligeira (pintura, reparação do reboco, reparação dos vãos) verifica-se existirem 65 edifícios nesta situação.

Deste modo desde intervenções ligeiras a intervenções mais pesadas teremos um valor de cerca de 22 % dos edifícios existentes.

Outro fato que importa registar é o número de edifícios devolutos que são em número de 59, isto é, 11 % dos edifícios.

Proposta de delimitação

A área para a qual se propõe a delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Vila do Bispo abarca o núcleo central, que se supõe corresponderá ao assentamento inicial, correspondendo ao “centro histórico”, a atual Praça da República e área envolvente, especificamente a Norte, Noroeste e a Este, e, a Oeste e Sudoeste, integrando uma área urbana de malha mais regular, os outros arruamentos que foram desenvolvidos descendo até à Ribeira (Rua da Ribeira do Poço), onde, na segunda metade do século XIX foi contruída uma nova Fonte.

De salientar que mais de 90 % do edificado é propriedade particular.

Enquadramento da área proposta no planeamento municipal

A gestão urbanística da área de reabilitação proposta é atualmente enquadrada pelos seguintes instrumentos de gestão territorial:

- Plano Geral de Urbanização de Vila do Bispo – publicado no DR II Série, n.º 237 de 15.10.1991.
- Plano Diretor Municipal - Regulamento n.º 392/2008, publicado no DR 2ª série, n.º136 de 16 de julho de 2008.

Seus objetivos.

Com a delimitação da ARU VB procura-se incentivar “o reocupar/revitalizar” o núcleo antigo com habitação, comércio, serviços e equipamentos de fruição, conferindo-lhe uma dinâmica própria e mais atual.

Paralelamente, promover a salvaguarda e a valorização do espaço público, em particular da Praça da República e arruamentos, nas áreas a intervencionar ao nível de espaço público compatibilizar a coabitação entre esplanadas, zonas de lazer, estacionamento, circulação pedonal e circulação viária.

De acordo com o Decreto-Lei nº 307/2009 de 23 de Outubro, na sua versão atual¹¹, no nº 1 do Artigo 6º refere que «Os proprietários de edifícios ou frações têm o dever de assegurar a sua reabilitação, nomeadamente realizando todas as obras necessárias à manutenção ou reposição da sua segurança, salubridade e arranjo estético...».

Assim, cabe aos proprietários dos edifícios, o papel principal na reabilitação urbana no que ao edificado diz respeito, o que consequentemente contribuirá para a revitalização do núcleo antigo e viabilização da ARU.

Portanto é essencial estabelecer ou contribuir para o estabelecimento de parcerias empreendedoras entre stakeholders (públicos e privados) - proprietários dos prédios urbanos e empreendedores e empresários – por forma a incentivar/viabilizar o processo de reabilitação, regeneração e requalificação urbana.

Com efeito, a disponibilidade de espaços que atualmente, tendo ou não qualquer atividade, estão disponíveis para venda, arrendamento ou trespasse, pode concorrer de forma decisiva para a dinâmica que eventualmente a ARU VB possa ter, quer tenha a ver com habitação, quer

¹¹ Alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto e pelo decreto-lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.



tenha a ver com negócios, pois as parcerias poderão proporcionar uma dinâmica comercial que revitalize o núcleo antigo de Vila do Bispo.

Deste modo poderemos enunciar os seguintes objetivos:

- a) A nível social: fixar residentes – fomentar o arrendamento e melhorar o espaço habitacional.
- b) A nível económico: criar condições para através de incentivos se possibilitar a recuperação e valorização económica, contribuindo para a criação de empregos e desta forma estancar o despovoamento do núcleo.
- c) A nível urbanístico: melhorar as infraestruturas e espaços públicos e qualificar as intervenções, ao nível urbanístico e arquitectónico, de reconversão do edificado existente assim como a melhoria das condições de mobilidade urbana (eliminação de barreiras arquitectónicas).
- d) A nível do turismo: desenvolver e dinamizar soluções de fruição e oferta que atraiam visitantes e contribuam para a sua permanência na área.
- e) A nível ambiental: estimular a sustentabilidade ambiental, particularmente a redução de poluição e nos edifícios a utilização de painéis solares ou outra tecnologia que contribua para a eficiência energética.
- f) Ao nível da sinalética e toponímia melhorar a informação existente.

Assim em acordo com os objetivos estabelecidos prevê-se que se implemente uma operação de reabilitação urbana sistemática.

Quadro de benefícios fiscais.

Nos termos da alínea c) do n.º2 do artigo 13º do REJRU¹² e nos termos do definido no artigo 71º ¹³ do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF) o qual, no ponto 20, menciona: *“Os incentivos fiscais consagrados no presente artigo são aplicáveis aos imóveis objeto de ações de reabilitação iniciadas após 1 de Janeiro de 2008 e que se encontrem concluídas até 31 de Dezembro de 2020”*.

Deste modo aos proprietários e titulares de outros direitos, ónus e encargos de edifícios ou frações abrangidos pela Área de Reabilitação Urbana de Vila do Bispo, nas obras ou operações urbanísticas a realizar nestas, são conferidos os seguintes incentivos fiscais:

- 1) No âmbito dos incentivos fiscais associados aos impostos municipais.

¹² Delimitação de áreas de reabilitação urbana - Artigo 13.º Aprovação e alteração

2 - A proposta de delimitação de uma área de reabilitação urbana é devidamente fundamentada e contém:

c) O quadro dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais, nos termos da alínea a) do artigo 14.º

¹³ Incentivos à reabilitação urbana.



- i) Isenção do IMI – Estão isentos de IMI, por um período de cinco anos os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação, contados a partir da data da conclusão dessa reabilitação;¹⁴
 - ii) Isenção do IMT – Estão isentas as aquisições de prédios urbanos ou frações de prédios urbanos destinados exclusivamente a habitação própria e permanente na 1ª transmissão onerosa do prédio reabilitado.¹⁵
- 2) No âmbito do direito de acesso aos apoios e incentivos fiscais e financeiros à reabilitação urbana¹⁶.
- i) IVA à taxa reduzida e 6% para as empreitadas de reabilitação urbana realizadas em imóveis ou espaços públicos;¹⁷
 - ii) Dedução à coleta com um limite de 500 euros, de 30% dos encargos suportados pelos proprietários, relacionados com ações de reabilitação de edifícios;¹⁸
 - a) Imóveis, localizados em 'áreas de reabilitação urbana' e recuperados nos termos das respectivas estratégias de reabilitação; ou
 - b) Imóveis arrendados passíveis de atualização faseada das rendas nos termos dos artigos 27.º e seguintes do Novo Regime de Arrendamento Urbano (NRAU), aprovado pela Lei n.º 6/2006, de 27 de Fevereiro, que sejam objeto de ações de reabilitação.
 - iii) Tributação à taxa autónoma de 5% das mais-valias auferidas por sujeitos passivos residentes em território português quando sejam inteiramente decorrentes da alienação de imóveis recuperados nos termos da estratégia de reabilitação.¹⁹
- 3) Taxas municipais sobre obras de reabilitação de imóveis.
- i) Até à aprovação da ORU, o licenciamento de obras de edificação, alteração e ampliação de prédios urbanos objeto de ações de reabilitação e localizados na ARU VB são isentos de taxa urbanística;
 - ii) Na ORU a aprovar, e a constar em regulamento próprio, serão definidas isenções ou reduções de taxas urbanísticas em função do tipo e extensão das obras de reabilitação
- 4) Como medida adicional propõe-se a prestação de apoio a procedimentos administrativos próprios da instrução de processos de licenciamento de operações urbanísticas e/ou de candidaturas.

¹⁴ De acordo com o n.º7 do artigo 71 do EBF.

¹⁵ De acordo com o n.º8 do artigo 71º do EBF.

¹⁶ Benefícios consagrados no Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF) e na Lei do Orçamento de Estado, atualizados anualmente.

¹⁷ De acordo com o n.º 2.23 da lista I do CIVA

¹⁸ De acordo com o n.º4 do artigo 71º do EBF.

¹⁹ De acordo com o n.º5 do artigo 71º do EBF

Critérios de acesso aos benefícios fiscais para ações de reabilitação

O Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF) no n.º 22 do artigo 71º considera:

- a) 'Ações de reabilitação' as intervenções destinadas a conferir adequadas características de desempenho e de segurança funcional, estrutural e construtiva a um ou vários edifícios, ou às construções funcionalmente adjacentes incorporadas no seu logradouro, bem como às suas frações, ou a conceder-lhe novas aptidões funcionais, com vista a permitir novos usos ou o mesmo uso com padrões de desempenho mais elevados, das quais resulte um estado de conservação do imóvel, pelo menos, dois níveis acima do atribuído antes da intervenção;
- b) 'Área de reabilitação urbana' a área territorialmente delimitada, compreendendo espaços urbanos caracterizados pela insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas urbanísticas, dos equipamentos sociais, das áreas livres e espaços verdes, podendo abranger designadamente áreas e centros históricos, zonas de proteção de imóveis classificados ou em vias de classificação, nos termos da Lei de Bases do Património Cultural, áreas urbanas degradadas ou zonas urbanas consolidadas;
- c) 'Estado de conservação' o estado do edifício ou da habitação determinado nos termos do disposto no NRAU e no Decreto-Lei n.º 156/2006, de 8 de Agosto, para efeito de atualização faseada das rendas ou, quando não seja o caso, classificado pelos competentes serviços municipais, em vistoria realizada para o efeito, com referência aos níveis de conservação constantes do quadro do artigo 33.º do NRAU.

Deste modo terão acesso aos benefícios fiscais os promotores, legalmente reconhecidos, das operações urbanísticas com enquadramento no definido nas alíneas acima mencionadas, bem como no parágrafo seguinte também estabelecido pelo artigo 71º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), no ponto 23.

A comprovação do início e da conclusão das ações de reabilitação é da competência da câmara municipal ou de outra entidade legalmente habilitada para gerir um programa de reabilitação urbana para a área da localização do imóvel, incumbindo-lhes certificar o estado dos imóveis, antes e após as obras compreendidas na ação de reabilitação.

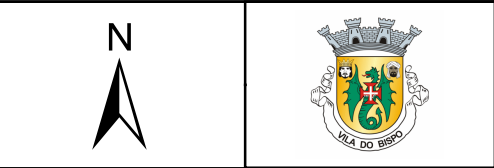
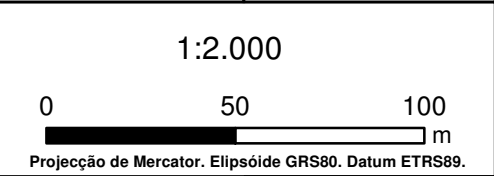


 Linha Limite

Fonte: DGRF/DGT; CMVB;

Planta de delimitação da área de requalificação urbana de Vila do Bispo

Carta Nº:	Data:
01	28/01/2016



Câmara Municipal de Vila do Bispo

Divisão de Obras Particulares e Planeamento

Sistemas de Informação Geográfica

Documento Interno IntraSIG

Referência: 2015100601MD

- A Câmara Municipal de Vila do Bispo não se responsabiliza pela validação da informação fornecida, não garante a reprodução exacta dos documentos e que a vectorização seja isenta de qualquer erro, pelo que a sua disponibilização, não dispensa a consulta da informação original.

- Não poderão, em qualquer circunstância, ser facultados estes dados a terceiros, sem expressa autorização superior.



Município de Vila do *Bispo*

Anexo I – Ficha de Prédio – ARU VB

Ficha de prédio	
	Código SIG (facultativo)

Identificação.		
Freguesia: Vila do Bispo	Secção:	Artigo:
Localidade:		
Rua:	N.º Policia:	
Planta de Localização		
Fotografia		

Caracterização						
	N.º de pisos	Acima da cota de soleira:				
		Abaixo da cota de soleira:				
Usos (*)						
Habitação		Serviços		Comércio		
Escritório		Equipamento		Industria		
Restauração		Hotelaria		Outro		
Unidades (n.º)						
Habitação		Serviços		Comércio		
Escritório		Equipamento		Industria		
Restauração		Hotelaria		Outro		
Logradouro						

		Sim				Não			
Anexos									
Garagem		<input type="checkbox"/>	Arrecadação		<input type="checkbox"/>	Outros		<input type="checkbox"/>	
Materiais e tipo de construção (descrição)									
Estado de conservação ¹									
Bom			Médio			Mau			Péssimo

Parte II							
Elementos funcionais		Anomalias					
		Muito ligeiras	Ligeiras	Médias	Graves	Muito Graves	na
	Paredes exteriores						
	Caixilharias e portas exteriores						
	Dispositivos de proteção dos vãos						
	Dispositivos de proteção contra queda						
	Elementos salientes						

Parte III		
	Valor arquitetónico:	
	Imóvel com interesse	
	Valor de conjunto (acompanhamento)	
	Proposta de imóvel de interesse municipal	
	Património classificado	
	Monumento nacional	
	Imóvel de interesse público	
	Edifício comum	

Dados da ficha			
Elaborou		Data:	

(*) *Uso* – o uso deve ser classificado numa das seguintes categorias:

- "Habitação" Locado com uso habitacional.
- "Escritório" Locado utilizado com escritório.
- "Comércio" Incluem-se por exemplo, minimercado, papelaria, ou "stand" automóvel.
- "Restauração" Incluem-se por exemplo, café, restaurante, ou bar.

¹ A avaliação feita baseia-se apenas na aparência exterior da edificação, e de acordo com a parte II da ficha.

- "Serviços" Incluem-se serviços financeiros (ex., agência bancária ou de companhia de seguros), serviços de administração pública (ex., junta de freguesia), serviços de saúde e ação social (ex., farmácia, posto médico, centro de saúde, consultório médico, creche, infantário, centro de dia para idosos, lar de idosos, centro de convívio, centro de emprego, ou centro de actividades ocupacionais), outros serviços (ex., cabeleireiro ou sapateiro).
 - "Equipamento" Incluem-se equipamentos de educação (ex., centro de formação, escola primária, escola secundária), equipamentos de culto (ex., capela, igreja, outros edifícios destinados ao exercício de cultos religiosos), equipamentos de proteção civil (ex., esquadra de polícia, quartel de bombeiros), equipamentos de cultura (ex., teatro, cinema, biblioteca pública, museu, centro de atividade para jovens), equipamentos de desporto (ex., pavilhão polidesportivo, piscina).
 - "Indústria" Locado com uso industrial
 - "Outro" Locado com utilização que não se enquadra em nenhuma das categorias acima indicadas.
- Com exceção das duas primeiras categorias, deve ser indicado entre parêntesis a utilização específica de cada locado, por exemplo: "Comércio (papeleria) ", "Restauração (café) ", "Serviços (agência bancária) ", "Equipamento (piscina) ".